

Terrorismo, doutrina Bush e a estabilidade do sistema internacional

Leonardo Perez Lima*

RESUMO

A estabilidade do sistema internacional se encontra abalada devido à existência de uma ameaça real à segurança coletiva dos Estados. Com o intuito de se combater essa ameaça, representada pelo terrorismo islâmico transnacional, os atores internacionais devem estabelecer estratégias eficazes para se atingir esse propósito. Contudo, erros no estabelecimento das melhores estratégias contraterroristas podem ocorrer, pois a ameaça terrorista transnacional é um fenômeno recente. O ataque preventivo contra o Iraque é uma falha estratégica, pois não representa uma contribuição para o combate ao terrorismo. Pelo contrário, o resultado claro da guerra contra o Iraque é a ampliação da ameaça terrorista para os atores do sistema internacional, gerando um quadro de maior insegurança e instabilidade para o mundo como um todo.

Palavras-chave: Terrorismo; Segurança e Estabilidade internacional.

O terrorismo se apresenta, neste início de século, como a maior ameaça à segurança coletiva dos Estados no cenário internacional contemporâneo. Isso ocorre devido ao fato de grupos terroristas, de caráter transnacional, serem atores detentores e empregadores de força e violência contra atores internacionais, sejam estes estatais ou não. Tal ameaça vem afetando as decisões políticas dos Estados e, conseqüentemente, os rumos do sistema internacional.

A existência dessa ameaça real à segurança dos atores cria um clima de insegurança que gera, então, um quadro de instabilidade no cenário internacio-

* Graduando em Relações Internacionais pela PUC Minas.

nal. Essa situação é prejudicial já que, num cenário de grande interdependência entre os atores, a estabilidade é algo que deve ser assegurado, pois cria expectativas e a possibilidade de concretização destas pelos atores, podendo gerar um ambiente de cooperação coletiva, com o fim de assegurar objetivos no futuro. A instabilidade tem consequências gerais no sistema e afeta a maioria de suas unidades. Portanto, a segurança coletiva é algo a ser buscado pelos atores no sistema, pois esta é seguida pela estabilidade.

Em ordem de assegurar a segurança e a estabilidade do sistema internacional, os atores, principalmente os estatais, devem anular qualquer ator que surja como ameaça à segurança coletiva. No cenário contemporâneo, o terrorismo transnacional é a ameaça que deve ser combatida. Contudo, o combate a esse inimigo é uma situação nova no cenário internacional, à qual todos os atores devem se adequar. E é exatamente nesta adequação que incidem os erros da estratégia antiterrorista que vem sendo empregada, o que acaba tendo consequências graves para o próprio quadro de estabilidade e segurança do sistema internacional contemporâneo.

Com o intuito de se demonstrar as consequências resultantes da estratégia de ataque ao Iraque, tido como ponto fundamental dos esforços contra-terroristas internacionais, este trabalho foi concebido de forma a apresentar, primeiramente, as características e os objetivos do inimigo a ser combatido; em seguida, as estratégias de combate ao terrorismo; e, por fim, uma análise do uso e eficácia do ataque preventivo contra o Iraque, dentro da lógica do combate ao terrorismo transnacional.

TERRORISMO: AMEAÇA GLOBAL

O terrorismo¹ é uma estratégia de combate utilizada dentro de um conflito entre forças assimétricas. É uma estratégia que vem sendo empregada, ao

¹ O fenômeno do terrorismo tem como uma de suas maiores dificuldades de análise o fato de não existir uma definição que seja aceita como universal e de consenso geral. O que torna muito das discussões em torno do problema inválidas. O fenômeno do terrorismo será compreendido neste trabalho à luz da definição cunhada pelo professor Eugênio DINIZ (2002): "... podemos entender terrorismo como sendo o emprego do terror contra um determinado público, cuja meta é induzir (e não compelir nem dissuadir) num outro público (que pode, mas não precisa, coincidir com o primeiro) um determinado comportamento cujo resultado esperado é alterar a relação de forças em favor do ator que emprega o terrorismo, permitindo-lhe no futuro alcançar seu objetivo político - qualquer que este seja" (p. 13).

longo de décadas, por grupos ou indivíduos que se encontram em uma situação de grande desvantagem – seja esta política, militar ou econômica – e desejam alterar tal situação para que seus objetivos possam ser concretizados. Como exemplos claros dessa situação temos o conflito entre o Estado de Israel e os grupos palestinos; e o conflito entre o Estado espanhol e o grupo separatista-étnico basco ETA (*Euskadi ta Askatasuna* – Pátria Basca e Liberdade, em basco). Contudo, o terrorismo que assola o globo, com sua ferocidade e violência, tem características um tanto quanto diferentes dos grupos acima citados. Dentre as diferenças, duas são as mais importantes para delinearmos a ameaça que assombra o sistema internacional e as consequências de suas ações e das estratégias contrterroristas empregadas: a motivação religiosa e o caráter transnacional.²

De acordo com o artigo do estudioso israelense Boaz Ganor, “The changing threat of international terrorism” (2002), as origens do terrorismo religioso islâmico estão na guerra do Afeganistão, nos finais da década de 1970. Para Ganor, a Jihad Islâmica – guerra santa – contra o Ocidente começou naquela ocasião, quando muçulmanos de todo o mundo atenderam ao chamado da luta contra os infiéis soviéticos. A eventual vitória dos guerreiros afegãos, conhecidos como “Mujahadin” – guerreiro islâmico –, foi tida como divina, já que a diferença de poder entre os lados do conflito era muito grande, ainda que os afegãos recebessem suporte militar americano. Após o término da guerra, os “mujahadin” se dividiram entre aqueles que voltaram às suas terras de origem, aqueles que não foram aceitos de volta ao lar e tiveram que receber refúgio em países ocidentais como os EUA, e aqueles que continuaram em solo afegão. Mas o que continuou na mente de muitos guerreiros foi a continuação da Jihad e sua expansão por todo o mundo.

Os objetivos dos grupos terroristas islâmicos são enumerados por Jason Burke (2004) como sendo: primeiro, o combate ao Ocidente que, na visão dos radicais islâmicos, pretende completar o projeto de derrotar o Islã, iniciado na época das Cruzadas; e, segundo, a instauração do Califado – Estado Islâmico Único – nas áreas que formaram o império islâmico nos séculos I e

² Podemos dizer, de uma forma geral e ampla, que um fenômeno transnacional é aquele onde ocorrem interações entre agentes, não apenas estatais, de diferentes sociedades e territórios, através de fluxos nos quais os agentes apresentam interesse por um tema em comum. Essas interações acabam criando uma sociedade transnacional, definida por KAISER (in BRAILLARD, 1990) “... como um sistema de interação, num domínio particular, entre atores sociais pertencentes a sistemas nacionais diferentes” (p. 275).

II d.C. Essa área corresponderia a todo o Oriente Médio, o Maghreb (África mediterrânea), o sul da Espanha, a Ásia Central e partes dos Bálcãs. Contudo, para se atingir tais objetivos, a Jihad se inicia pelos Estados muçulmanos, uma vez que os radicais islâmicos não aceitam a existência de muçulmanos moderados e, conseqüentemente, de Estados muçulmanos moderados. Portanto, a primeira frente será a tentativa de desestabilização de tais regimes, com o objetivo de se instaurar regimes radicais e, principalmente, a tentativa de se expulsar os ocidentais, tidos como infiéis, de solo considerado sagrado pelo Islã, sendo aí que recai o papel, dos EUA, de grandes inimigos desses grupos.

Pelo fato de os EUA terem uma política diplomática muito forte e por interferirem diretamente nos rumos do Oriente Médio, por este se tratar de uma região de grande importância estratégica para os americanos, os grupos radicais islâmicos objetivam a total retirada física dos americanos, bem como fazer com que estes deixem de interferir diretamente nos assuntos estratégicos da região. Em uma declaração de Abu Abd al-Rahman al-Najdi, suposto porta-voz da Al-Qaeda, este afirma que: "Nosso maior objetivo é combater os americanos e matá-los em qualquer lugar na Terra e retirá-los da Palestina, Península Árabe e Iraque".³ Vem daí a crescente ofensiva que se iniciou e se constitui na maior ameaça à segurança dos Estados ocidentais, tendo como alvo direto seus cidadãos, militares e corporações, principalmente em solo muçulmano, mas também em seus países de origem, sendo o grande exemplo, é claro, os atentados de 11 de setembro.

O compartilhamento dos mesmos ideais e objetivos por diversos grupos terroristas islâmicos espalhados em diversos países, assim como suas atuações, delineiam o caráter transnacional dessa forma de terrorismo. O ideal da Jihad contra o Ocidente, bem como a expansão do islamismo radical, é o princípio que norteia a atuação de grupos e indivíduos por todo o globo, impulsionando os atos de terror. Ou seja, muçulmanos de diferentes sociedades e territórios impetram atos de terrorismo por compartilharem os mesmos valores e buscarem objetivos em comum. Daí, atos de terrorismo serem planejados, preparados e executados em diferentes países, contra interesses dos Estados e organizações tidos como inimigos do Islã.

Atentados realizados em diferentes continentes, em lugares como Estados Unidos, Arábia Saudita, Quênia, Marrocos, Indonésia e Espanha não

³ <<http://www.guardian.co.uk/alqaida/story/0,12469,1037515,00html> Sept 8/03>.

foram cometidos pela mesma organização terrorista, mas por grupos situados em diferentes localidades que compartilhavam os mesmos interesses. Ao grupo Jemaah Islamiyah é atribuída a autoria dos atentados a uma discoteca em Bali, em 2002; ao grupo Salafia Jihadia é atribuída a autoria dos atentados ocorridos em Casablanca, Marrocos; este grupo poderia também ter vínculos com o Grupo Combatente Islâmico Marroquino, suposto autor dos atentados ocorridos em Madri; e, por fim, os atentados contra alvos britânicos em Istambul, atribuídos a um grupo turco chamado Frente dos Cavaleiros Islâmicos do Grande Oriente. Ou seja, os grupos terroristas se encontram localizados em diversos países, mas por compartilharem interesses acabam realizando seus atos em alusão a um objetivo em comum.

A idéia de que a Al Qaeda se organiza em uma complexa estrutura global e que seja a autora dos principais atentados cometidos pelo mundo afora é desmentida por Jason Burke (2004), que afirma que a organização de Osama bin Laden não foi concebida como uma rede terrorista coerente, como geralmente se diz.⁴ A palavra *qaeda* em árabe pode significar “base de operações”, “fundação” ou “método”, sendo os dois últimos termos mais condizentes com a estrutura organizada no Afeganistão, que tinha como objetivo difundir seus ideais, treinar e financiar grupos e indivíduos de todo o mundo islâmico. A Al Qaeda serviu, principalmente, como uma base de treinamento e como uma organização difusora de ideais e objetivos. Hoje, Osama bin Laden atua mais como um pregador dos feitos dos grupos terroristas islâmicos, exaltando os resultados destes e tentando atrair, com isso, mais militantes para a frente de combate dos radicais islâmicos. Portanto, o terrorismo islâmico não é uma organização única de atuação global, e sim uma rede de caráter transnacional, formada por grupos e indivíduos em todo o planeta, que buscam os mesmos objetivos.

Perseguindo tais objetivos, os grupos terroristas islâmicos vêm, ao longo dos últimos anos, promovendo ações terroristas sistemáticas contra seus alvos prioritários. Diversos atentados foram realizados contra alvos árabes, principalmente contra a Arábia Saudita, refletindo o objetivo, tanto religioso quanto político, de se derrubar o regime moderado da família real saudita, que mantém laços estreitos de cooperação com países ocidentais, notoria-

⁴ Os serviços de inteligência israelenses não fazem mais o uso do termo “Al Qaeda”, eles preferem o termo “Jihad Internacional” ao se referirem a ações que supostamente foram cometidas pela organização de bin Laden (BURKE, 2004).

mente os EUA. Mas as ações mais letais e, digamos, "fantásticas" foram as realizadas contra alvos ocidentais por todo o mundo. Essas ações tiveram uma maior concentração nos próprios países muçulmanos, como os atentados contra as embaixadas americanas no Quênia e Tanzânia e o atentado contra o navio de guerra americano USS Cole, estacionado no Iêmen. E ainda os atentados contra civis ocidentais, principalmente turistas, em lugares como Marrocos e Indonésia. Mas atingiram, também, os americanos em seu próprio solo: os atentados de 11/9/2001.

As ações já realizadas dão prova da capacidade real que o terrorismo tem para atingir diversos atores e seus interesses diretos. Assim sendo, o terrorismo transnacional de cunho religioso islâmico representa uma ameaça real e presente contra diversos atores do sistema internacional e deve ser combatido como tal pelos demais atores.

A maior ameaça que o terrorismo representa é a possibilidade da utilização de armas de destruição em massa. O risco de que armas não-convencionais sejam utilizadas em atentados é real e até mesmo já aconteceu. Logo após os atentados do 11 de setembro, uma onda de terrorismo químico atingiu os americanos em seu próprio território, quando foi utilizado antraz contra indivíduos em diversos pontos do país. A única dúvida que recai sobre essas ações é se há ligação direta entre os grupos terroristas islâmicos e esses atentados. Contudo, a dúvida que não existe é que se tal atentado já foi perpetrado, outros em escala maior podem ser cometidos. Lembrando-se, também, dos atentados com gás sarin cometidos pela seita apocalíptica japonesa Aum Shinrikyo no metrô de Tóquio, causando dezenas de vítimas fatais.

O uso de artefatos nucleares por grupos terroristas pode ser considerado, sim, como algo bastante improvável de acontecer, em razão da própria dificuldade de operacionalidade inerente a tais armas e do próprio receio dos terroristas em lidar com armas desse porte, preferindo a utilização de meios aos quais já estão acostumados e possuem amplo conhecimento de técnicas. O que se prova não tão certo é a possibilidade da utilização de outros artefatos de destruição em massa, como agentes químicos ou materiais radioativos que, se utilizados com artefatos explosivos, podem causar uma grande destruição, humana e material, e inviabilizar a presença de pessoas nos locais atingidos, devido à grande contaminação resultante do ataque. Com a busca, pelos grupos terroristas, de atentados que causem perdas materiais e humanas cada vez maiores e mais aterrorizantes, o uso de armas de destruição em massa é um risco presente para a segurança coletiva dos atores no sistema in-

ternacional. Em referência ao risco de grandes atentados terroristas, principalmente na Europa, Javier Solana declara: "A ameaça do terrorismo catastrófico não está confinada aos Estados Unidos ou Rússia ou Oriente Médio. Os novos movimentos terroristas parecem dispostos a usar violência ilimitada e causar enormes baixas".⁵ Devido a essa preocupação, Estados membros da União Européia vêm realizando exercícios e treinamentos de simulação de ataques de armas de destruição em massa em grandes centros, como Bruxelas.

ESTRATÉGIAS CONTRATERRORISTAS

A questão do combate ao terrorismo é um assunto que diz respeito, primeiro, à maneira pela qual os Estados que sofrem com atos terroristas entendem o problema. Ou seja, um fator primordial do contraterrorismo é a maneira pela qual o fenômeno é visto pelos decisores políticos; por exemplo, se o terrorismo se constitui em um assunto ou ameaça tática, estratégica ou existencial. Uma vez definida essa visão, os decisores políticos podem delinear os objetivos, as ferramentas e os métodos das operações contraterroristas (GANOR, 2002). Portanto, a estratégia de combate ao terror tem variáveis importantes que dizem respeito ao contexto onde se encontram aqueles que perpetram atos de terror e os Estados que sofrem com tal ameaça.

Independentemente das características atribuídas às formas de contraterrorismo adotadas por diferentes Estados em diferentes situações, o combate ao terror deve se dar de forma a neutralizar e desbaratar o inimigo (DINIZ, 2002). Por neutralização se entende a tentativa de antever e impedir que os atos que estejam sendo planejados por terroristas, sejam executados. E por desbaratamento entendem-se as práticas que visam a eliminar a estrutura, tanto física quanto organizacional, de organizações terroristas, com o intuito de inviabilizar o poder de operação destas até atingir sua total inoperatividade. Diniz (2002) destaca que nos esforços de desbaratamento há pontos críticos que devem ser atingidos, de modo a tornar o processo eficaz. Os pontos devem ser definidos de acordo com as necessidades logísticas e financeiras das organizações terroristas, o tipo de organização e o apoio político que possuem. Daí entendermos que existem quatro principais frentes de atuação no combate ao terrorismo.

⁵ <<http://www.guardian.co.uk/alqaida/story/0,12469,1209551,00.html>>.

Necessidades logísticas

As organizações terroristas apresentam necessidades que variam da obtenção, transporte e armazenamento de armas ao recrutamento e treinamento de pessoal. Agir sobre esses pontos é de vital importância no combate ao terror. Porém, atuar contra a logística de equipamentos das organizações terroristas é uma questão difícil, uma vez que as armas utilizadas em atos de terror se caracterizam como de fácil acesso, por parte dos terroristas, e de difícil regulamentação, por parte das autoridades. Um exemplo claro disso é o uso de fertilizantes químicos como parte de artefatos explosivos, usados em atentados como os de Oklahoma City e o primeiro atentado ao World Trade Center, em 1993 (HOFFMAN *in* LESSER, 1999). A compra desses produtos é de difícil controle e rastreamento por parte das autoridades. Por outro lado, pode-se atuar contra a logística de equipamentos quando estes são tidos como convencionais. É o que faz Israel ao combater a compra e o tráfico de armas envolvendo os grupos terroristas palestinos. Tais ações têm, como exemplos práticos, a apreensão de navios carregados com armas e a destruição de túneis que interligavam a Faixa de Gaza ao Norte do Egito, por onde eram transportados armamentos que seriam utilizados pelos palestinos em possíveis atos contra forças israelenses.

No que diz respeito ao recrutamento de pessoal para as organizações do terror, este processo ocorre de forma altamente clandestina e de difícil identificação. Isto se dá, obviamente, devido à grande precaução existente, por parte das organizações terroristas, em recrutar elementos que servirão apropriadamente às causas e objetivos propostos, e ao cuidado de não deixar agentes de espionagem se infiltrarem no seio das organizações. Esse serviço de inteligência é fundamental para se obter informações importantes sobre a própria organização e futuros atos de violência.

Quanto ao treinamento, este é um ponto sobre o qual o combate se dá de maneira mais precisa. O treinamento de pessoal faz parte da estrutura de grupos terroristas bem organizados onde técnicas de assalto, confecção de artefatos explosivos e manuseio de armas e equipamentos serão ensinados e praticados. Para tanto, um espaço físico e territorial de boas proporções será preciso. Tais locais podem ser escondidos em cidades ou grandes aglomerações prediais, como ocorre nos campos de refugiados palestinos, ou podem ser abrigados dentro de Estados cujos governos patrocina o terrorismo. Exemplo mais claro é o Afeganistão, como base territorial da Al Qaeda. Uma

vez identificados estes locais de treinamento e alojamento de pessoal, deve-se tentar a destruição como esforço fundamental contraterrorista. No caso de locais acobertados por regimes políticos simpatizantes ao terrorismo, a estratégia de combate se torna mais delicada, uma vez que um ataque a territórios nacionais pode causar crises e constrangimentos externos. A lógica política internacional torna mais difícil uma ação de um Estado contra outro. Mas todo esforço de identificação e destruição de tais campos de treinamento se faz necessário no combate contraterrorista.

Finanças

As organizações terroristas necessitam de financiamento para se manterem em operação. Uma vez atingidas as fontes de recursos financeiros direcionadas ao terrorismo, a operacionalidade das organizações se dificulta enormemente. Daí a grande importância de se combater a rede de financiamento do terror. Contudo, a grande dificuldade de identificação e investigação da rede de financiamento pode entravar os esforços contraterroristas. A dificuldade de identificação das fontes de financiamento, por si só, já é um grande obstáculo, mas outra dificuldade são os entraves legais e políticos às investigações. Ao se investigar o financiamento do terrorismo, pode-se chegar a Estados, organizações beneficentes e de caridade, ou mesmo indivíduos simpatizantes das causas e motivações terroristas. Com isso, muitos interesses políticos devem ser enfrentados. Um outro obstáculo que se coloca frente às investigações é o caráter internacional que as redes terroristas de financiamento apresentam. Isso faz com que uma grande parte das investigações esteja atrelada à cooperação entre Estados e interesses conflitantes. Mas, ao estrangular a fonte de recursos financeiros de organizações terroristas, a possível inviabilidade de operação desses grupos torna-se uma grande vitória do esforço contraterrorista.

Organização

A organização dos grupos terroristas é uma outra frente que deve ser combatida e traz grandes resultados para o esforço contraterrorista quando eficientemente atingida. As formas de organização de tais grupos variam de verticalizadas e centralizadas, atuando sob um comando rígido, a grupos horizontalizados e descentralizados que apresentam uma forte característica de

autonomia entre subgrupos, mas todos com um mesmo objetivo. No combate à forma de organização dos terroristas, quando se consegue eliminar elementos-chave ou grandes lideranças dentro de uma organização verticalizada, consegue-se desarranjar uma estrutura consolidada, à qual será difícil a reorganização. Um grande golpe é dado contra a estrutura terrorista e, também, contra o moral dos elementos pertencentes às organizações. Já no caso de organizações horizontalizadas, uma atuação mais eficiente se dá quando se consegue neutralizar elementos que servem de ponte entre um comando maior e os subgrupos, ou que atuam como intermediários de recursos necessários às operações, sejam esses recursos de ordem financeira ou material. Diniz define este processo como “desarticulação”.

Apoio político

O apoio político que uma organização terrorista recebe tem grande influência sobre suas operações. O próprio funcionamento e a capacidade de atuação de uma organização são afetados diretamente, dependendo do tipo de apoio político que esta recebe. Tal apoio pode ser proveniente de: governos reconhecidos pela comunidade internacional; grupos que controlam politicamente alguns Estados e não têm o reconhecimento internacional; indivíduos ou uma rede destes, localizados em um ou mais países; ou uma ampla base social.

O apoio recebido politicamente por grupos terroristas, proveniente de governos simpatizantes à causa do terror, é de extrema importância para tais grupos, já que tal apoio pode vir na forma de equipamentos, esconderijo ou treinamentos, suporte técnico ou financeiro. Ou seja, um apoio de um governo representa acesso a uma série de facilidades que representam um importante incremento na capacidade e estrutura operacional das organizações. Além do mais, esse apoio se torna um grande obstáculo para ações de contra-terrorismo. Ações de inteligência ou mesmo de força contra tais países tornam-se assunto de Estado, sendo que ações militares podem acabar desencadeando retaliações e conflitos que podem se estender a diversos atores estatais do sistema. Portanto, o combate a grupos terroristas que dispõem de apoio irrestrito de governos reconhecidos pela comunidade internacional torna-se uma questão delicada por envolver a possibilidade de conflito entre atores estatais.

No que diz respeito a grupos que recebem apoio de regimes políticos não

legitimados internacionalmente, os mesmos benefícios recebidos por aqueles que mantêm vínculos com regimes legítimos são atingidos, como equipamentos e finanças. Porém, o fato de alguns regimes não encontrarem reconhecimento entre a comunidade internacional faz com que medidas nos âmbitos político e militar sejam mais facilmente perpetradas contra os mesmos, uma vez que os riscos e perdas, às quais os Estados que tomarem medidas contra estes regimes estarão sujeitos, serão menores do que se estivessem agindo contra governos legítimos.

Quando o apoio vem de indivíduos ou de uma rede organizada, a ajuda aos terroristas acontece da mesma forma como a ofertada por regimes políticos, porém, em menor escala. O benefício maior recebido pelos terroristas vem na forma de influência sobre pontos que podem ser vitais à existência das próprias organizações. Influência política e financeira podem ser muito úteis para a continuidade das operações terroristas e para barrar possíveis esforços no sentido de combater as organizações. Outro importante apoio se dá na forma de uma ampla base social, através da qual os grupos terroristas podem recrutar elementos, arrecadar fundos e contar com a colaboração da população quanto às formas de clandestinidade dos grupos.

No que diz respeito ao combate ao terrorismo transnacional islâmico, especificamente, novamente citando o trabalho de Boaz Ganor, em um artigo intitulado "Fundamental premises for fighting terrorism" (2003), a ameaça terrorista contemporânea, em sua forma transnacional, deve ser combatida sob a forma de cooperação internacional, enfocando os seguintes pontos:

- Inteligência: interceptação, alertas e inteligência ofensiva;
- Econômica: bloqueio do financiamento de organizações terroristas, impedindo-as de levantar, transferir e lavar dinheiro;
- Política: objetivos traçados coordenadamente;
- Ofensiva Contrterrorista: criação de unidades internacionais contra-terroristas que ajudem os Estados a se defenderem de ameaças terroristas;
- Tecnológica: desenvolvimento de tecnologias ofensivas e defensivas contrterroristas.

No combate ao terrorismo religioso transnacional, Ganor vê os esforços contrterroristas como necessários em quatro fases. A primeira se refere a ações militares contra grupos terroristas e Estados que os apóiam e patrocina. Tal atitude deve ter como alvo prioritário a estrutura física de tais organizações, como seus centros de treinamento e refúgio. Tais locais, que po-

dem ser denominados de “santuários”, vão se localizar dentro das fronteiras de algum Estado; daí o ataque a um grupo terrorista pode se constituir em um ataque contra um Estado de regime legítimo ou ilegítimo, no que diz respeito ao reconhecimento internacional. Portanto, dependendo do alvo a ser atacado, graves consequências políticas na esfera internacional podem vir a acontecer para aqueles que perpetrarem uma ofensiva dessa proporção. É importante salientar que uma ação ofensiva desse porte deve ser amplamente apoiada pela comunidade internacional para que impactos sérios não ocorram contra os quadros de estabilidade e segurança do sistema internacional. A segunda fase citada por Ganor é o combate aos grupos terroristas em Estados muçulmanos que não apóiam o terror. Isto, obviamente, não deve ser realizado pelos Estados Ocidentais, sendo uma obrigação dos países muçulmanos dentro dos esforços multilaterais de contraterrorismo. Países como Egito, Arábia Saudita ou Quênia que, supostamente, abrigam grupos ou células de grupos terroristas devem ter um esforço, principalmente de inteligência, que neste caso pode ter auxílio ocidental, na identificação e desmantelamento de tais grupos. Esforços contra a organização e as finanças destes organismos serão fundamentais no combate ao terrorismo transnacional como um todo. Tal esforço não deve ser tomado apenas como uma forma de cooperação internacional, mas como uma questão de segurança nacional para esses países, já que tais grupos têm como objetivo a desestabilização dos regimes moderados muçulmanos para que regimes radicais sejam estabelecidos. Para Ganor, um esforço imprescindível que deveria ser feito pelas nações islâmicas seria o de educar suas populações a respeito do fato de que tais organizações são uma ameaça a todo o mundo islâmico e não uma salvação. Isto deveria ser feito, pois parte das populações de tais países vêem as causas e atitudes terroristas com bons olhos. Portanto, se as organizações conseguem ter uma ampla base social, o combate ao terror se torna mais difícil, já que as razões terroristas vão sendo enraizadas e aceitas cada vez por mais pessoas.

Como terceira fase está o esforço de criação de uma legislação internacional, enfocando o terrorismo e seu combate na esfera jurídica internacional. Contudo, a grande dificuldade dessa ação está na elaboração de uma definição de terrorismo que seja universal e que não dê margem a contestações. Mas tal definição mostra-se difícil de ser atingida, além de também poder ser manipulada de forma a proteger interesses de Estados mais poderosos. Ganor cita duas escolas de pensamento sobre o terrorismo, com visões diferentes

sobre o assunto. A primeira entende o terrorismo como um ato criminoso e, por isso, deveria ser enfocada por uma legislação criminal. Já a outra escola, da qual o próprio Ganor faz parte, vê o terrorismo não como um ato criminoso, mas como um ato de guerra. Então, Ganor propõe que a legislação de guerra já existente – o Tratado de Genebra – seja estendida e se aplique não somente a Estados, mas também a entidades subestatais e a organizações.

Por fim, dentro dos esforços de combate ao terrorismo religioso transnacional, os Estados ocidentais como os EUA, o Reino Unido e a Alemanha devem combater os subgrupos das organizações terroristas internacionais que se encontram infiltradas em seus próprios territórios. Isso deve constituir um esforço próprio de cada país no que se refere às ações de investigação, prevenção e punição. O grande desafio situa-se no embate entre um combate efetivo e capaz de aniquilar a ameaça terrorista dentro de suas fronteiras e o respeito aos valores democráticos e liberais. Os esforços contrterroristas podem acabar passando por cima de valores sobre os quais muitas das nações ocidentais foram fundadas e delineiam seus caminhos para o progresso; portanto, demolir tais preceitos pode ser um duro golpe contra os próprios valores dentro dos esforços para se derrotar a ameaça do terror.

Conclui-se então que, dentro da lógica do combate ao terrorismo islâmico transnacional, as estratégias contrterroristas devem tentar atingir os pontos principais das organizações terroristas, como logística, organização, finanças e apoio político, mas sempre com a sensibilidade de se estar enfrentando um inimigo muito dinâmico e imprevisível, quanto às formas de atuação e de estrutura organizacional. Contudo, o ponto mais importante para se combater a ameaça transnacionalizada é a cooperação internacional, que deve existir para que as formas de combate ao terrorismo sejam empregadas de modo efetivo e eficaz. Diversos papéis devem ser assumidos por parte de diferentes Estados e organizações internacionais, mas todos devem atuar conjuntamente, compartilhando o mesmo objetivo de enfrentar e anular a ameaça do terrorismo transnacional.

A DOCTRINA BUSH: PREMISSAS E CONSEQUÊNCIAS

Passado cerca de um ano dos atentados em Nova Iorque e Washington, a administração Bush divulgou um documento, intitulado “A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos”, delineando os principais pontos da es-

estratégia americana de combate ao terrorismo transnacional e a qualquer outra ameaça ao seu poder global. A "Doutrina Bush", como veio a ser chamado o documento, declara que os EUA utilizarão seu poderio militar e econômico para combater Estados hostis e grupos terroristas, afirmando que os EUA não permitirão que sua supremacia militar seja desafiada.

O conteúdo da "doutrina" exorta os EUA a fortalecerem a cooperação internacional no combate ao terrorismo transnacional, mas deixa explícito que "(...) ao mesmo tempo em que os EUA sempre se esforçarão para conquistar o apoio da comunidade internacional, não vamos hesitar em agir sozinho, se necessário, para exercer o nosso direito de autodefesa, agindo de forma preventiva" (Folha de S. Paulo, 21/9/2002, p. A 14). Portanto, coloca-se aí a possibilidade de se efetuarem ataques contra ameaças em potencial, sejam elas Estados ou grupos considerados hostis.

Além de colocar que a cooperação internacional será buscada, mas não será obstáculo para ações unilaterais, o documento cita também a intenção de utilizar todo o poder de influência e o econômico para fazer com que os ideais defendidos pelos EUA se expandam por todo o globo. Ou seja, os EUA pretendem utilizar toda sua influência dentro da comunidade internacional para fazer com que o terrorismo seja visto como algo totalmente ilegítimo para toda a humanidade, assim como trabalhar para que governos moderados no mundo muçulmano assumam posturas de combate às idéias que nutrem o terrorismo em seus países. Os EUA se propõem também a auxiliar países pobres e em desenvolvimento, com recursos financeiros, para que estes possam se desenvolver e caminhar para estruturas democráticas. Isto objetiva anular ambientes que possam propiciar o desenvolvimento e abrigo de grupos terroristas.

Contudo, o ponto mais crítico e controverso dentro da comunidade internacional é o fato da utilização de ataques preventivos contra possíveis ameaças à segurança dos EUA. Esta estratégia enfoca diretamente o risco do uso de armas de destruição em massa contra a segurança dos EUA e de seus aliados. A posição de liderança americana dentro do sistema internacional os coloca como aqueles que assumirão a liderança da comunidade contra qualquer ameaça à segurança coletiva, mas uma estratégia de ataques preventivos pode causar mais abalos a uma estrutura que já se encontra desestabilizada pela existência de ameaças eminentes. Mas a lógica estratégica americana é a de que o país não pode ser novamente atacado da forma que foi, e que um possível próximo ataque poderia ser de proporções muito maiores, utilizan-

do armas de grande poder de destruição. Citando a "Doutrina Bush": "(...) Devemos dissuadir e nos defender de qualquer ameaça antes que seja lançada. (...) Em vista dos objetivos de Estados delinquentes e terroristas, os EUA não podem mais depender somente de uma postura reativa como fazíamos no passado." (*Folha de S. Paulo*, 21/9/2002, p. A 14). Os EUA colocam, então, que, ao se sentirem ameaçados ou identificarem uma iminente ameaça à segurança coletiva dos Estados no sistema internacional, não hesitariam em agir de forma violenta e unilateral.

A "doutrina" foi colocada em prática na invasão do Iraque e derrubada do regime de Saddam Hussein. Essa ação foi realizada pelos EUA e uma pequena coalizão de Estados, sem o aval do Conselho de Segurança da ONU. Os EUA afirmavam que o ataque ao Iraque era um ponto primordial da luta contra o terrorismo transnacional, pois o regime de Saddam Hussein apoiava política e logisticamente os grupos terroristas. A maior ameaça alegada pelos americanos era a possibilidade de que Hussein fornecesse armas de destruição em massa para terroristas, que, eventualmente, poderiam ser usadas contra ilvos americanos ou de seus aliados. Esta ameaça era fundamentada na afirmação feita pelos americanos de que Saddam Hussein nunca desmantelou a estrutura iraquiana de produção e estocagem de armas de destruição em massa. Pelo contrário, o Iraque estaria em pleno desenvolvimento de seu arsenal, como afirmavam documentos dos serviços de inteligência britânicos que relatavam a compra de urânio enriquecido, por parte dos iraquianos, proveniente de Níger. Portanto, com a certeza de que o Iraque possuía armas de destruição em massa e que estas poderiam ser fornecidas a terroristas, o ataque por parte dos EUA e seus aliados não poderia retardar.

Esta ação preventiva se iniciou com um grave erro para a estratégia de combate ao terrorismo transnacional. O ataque ao Iraque provocou uma ruptura dentro da comunidade internacional entre os Estados que apoiavam a ação e os que defendiam a atuação da ONU na inspeção do arsenal iraquiano, na busca das armas de destruição em massa. Ao não ser aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU, a ação liderada pelos EUA desrespeitou a maior instância decisória do sistema internacional e provou o total desrespeito americano pelos rumos que a comunidade internacional julga serem corretos. Este foi um duro golpe para as estratégias contraterroristas que deveriam pressupor uma coordenação política conjunta dentro da comunidade internacional. Além disso, as estratégias para combater a ameaça terrorista devem tomar o escopo da cooperação internacional, pois suas ações e reações

têm efeitos diretos sobre diversos atores internacionais e, principalmente, sobre o quadro de segurança coletiva internacional. Isto é, a ameaça do terrorismo islâmico transnacional é um assunto que diz respeito à comunidade internacional como um todo. Portanto, decisões importantes sobre o tema deveriam respeitar as instâncias decisórias multilaterais mais importantes, apesar de suas precariedades; e não representar a decisão de uma minoria de Estados que vai contra os interesses da maioria. A estratégia de ataques preventivos e a ação contra o Iraque, em particular, geraram uma desarmonia dentro da comunidade internacional, no que diz respeito aos esforços contraterroristas mundiais.

Todavia, após mais de um ano do início da guerra e da declaração do presidente norte-americano de que a guerra no Iraque estava encerrada, os fundamentos desta ação desapareceram completamente. Comprovou-se que os fatos alegados pelos EUA e seus aliados, que justificariam a guerra, eram falsos. As provas de que o Iraque havia adquirido material radioativo proveniente de Níger foram desmentidas pelos próprios serviços de inteligência, que antes as haviam fornecido às autoridades americanas e britânicas, comprovando uma total incompetência desses serviços ou, até mesmo, uma possível manipulação de informações. A outra justificativa que se comprovou como falsa é a de que o Iraque possuía um arsenal de armas de destruição em massa que poderiam ser fornecidas para grupos terroristas efetuarem suas ações de terror. Durante anos de inspeções das missões da ONU para se constatar se o Iraque possuía ou produzia armas de destruição em massa, iniciados após a Guerra do Golfo nos anos 90, nada foi comprovado. E, agora, depois da invasão do Iraque pelas tropas americanas, o suposto arsenal químico e radioativo iraquiano se prova inexistente. Nem as missões da ONU nem os especialistas militares americanos conseguiram encontrar o arsenal, fortalecendo a idéia de que Hussein havia se desfeito completamente de sua capacidade de produção e armazenagem de armas de destruição em massa após a Guerra do Golfo.

Ou seja, o ataque preventivo contra o Iraque, alegado como sendo um ponto importante do combate à ameaça terrorista transnacional e, por consequência, uma ação vital para se restabelecer os quadros de segurança e estabilidade do sistema internacional, não satisfaz a condição de estratégia contraterroterrorista. Por estar provado que o Iraque não mantinha nenhum vínculo com grupos terroristas islâmicos transnacionais e que não possuía um arsenal de armas de destruição em massa que poderiam ser fornecidas aos terroris-

, nenhuma das frentes principais do combate ao terrorismo foi atingida. O que ao Iraque não atingiu os grupos terroristas em suas necessidades lógicas, financiamento, organização ou apoio político.

Fazendo uma comparação entre as ações realizadas contra o Afeganistão e Iraque, a ação contra o regime Talibã teve o aval da comunidade internacional e objetivava claramente atingir a organização Al Qaeda em seus pontos estratégicos, de financiamento, organização e apoio político. A operação foi bem-sucedida ao destruir completamente a estrutura física da organização de Osama bin Laden. Os campos de treinamento e alojamento de militantes radicais islâmicos foram vaporizados e milhares de militantes mortos. Além da logística, o apoio político recebido pela organização vindo do regime Talibã também foi atingido. Este apoio era de grande importância, pois provia a Al Qaeda com estrutura física, esconderijos e financiamento. Entretanto, um ponto que não foi bem-sucedido é o da organização, já que a Al Qaeda não se estrutura em uma rede hierarquizada como se supunha, e a morte de vários de seus integrantes, inclusive líderes importantes, não constituiu um golpe na organização e, principalmente, porque seus maiores líderes se encontram livres.

No Iraque, por sua vez, a ação militar não desbaratou nenhuma estrutura mantida por organizações terroristas. O território iraquiano não era um santuário que abrigava grandes estruturas físicas de grupos terroristas, como era o Afeganistão. Os alegados vínculos entre o regime de Saddam Hussein e grupos terroristas não se provam verdadeiros, portanto, nenhuma forma de apoio político ou de financiamento, supostamente fornecidos a grupos terroristas, foi atingida ou desbaratada. E, por fim, nenhum apoio referente a equipamentos, como o fornecimento de armas de destruição em massa para terroristas, foi neutralizado; pelo simples fato da não existência de tais armas, usadas como a maior justificativa para a ação contra o Iraque. Ou seja, não vir à tona a comprovação de que os fatos que justificaram a guerra eram verdadeiros, podemos afirmar que o Iraque, ou o regime de Saddam Hussein, não apresentava uma ameaça real que devesse ser combatida dentro da lógica dos esforços contraterroristas.

Portanto, devido ao fato de a ação militar contra o Iraque não representar nenhum dos pontos principais de uma estratégia contraterrorista, o terrorismo islâmico transnacional não foi atingido nem perdeu seu vigor: pelo contrário, ele encontra agora uma nova motivação para seus atos. A consequência mais grave do ataque preventivo é a legitimação da causa defendida pelos

terroristas islâmicos, reforçando a motivação de lutar a Jihad contra o Ocidente, e gerando um maior apoio junto às populações muçulmanas do globo. Ao se comprovar que as provas e alegações, feitas pelos americanos e seus aliados, de que o Iraque possuía armas de destruição em massa e mantinha vínculos fortes com grupos terroristas que poderiam se utilizar de tais armas eram falsas, os radicais islâmicos vêem uma clara manifestação da vontade do Ocidente de subjugar o povo muçulmano ao seu poder e, portanto, vão elevar seu comprometimento com a Jihad internacional e tentar causar mais danos aos seus inimigos. O território iraquiano torna-se um foco direto do conflito entre os grupos terroristas islâmicos e as forças do Ocidente. Além disso, o Iraque funciona como um pólo de atração de militantes radicais islâmicos de várias regiões que encontram um campo propício para realizarem suas ações de terror. Ora, se um dos objetivos claros, defendidos pelos terroristas islâmicos, é o de combater a presença ocidental em território muçulmano e diminuir a força e influência de países como os EUA no Oriente Médio, um ataque direto destes contra um país árabe e muçulmano só ajuda a reforçar a motivação para a concretização de tal objetivo.

Além dessa motivação gerada, os grupos terroristas islâmicos ampliam seu rol de inimigos e alvos. Os países e organizações que apoiaram diretamente o ataque ao Iraque, ou que atuaram de uma forma secundária na ação, tornaram-se alvos diretos das ações terroristas. Com isto, a ameaça real representada pelo terrorismo islâmico transnacional se espalha ainda mais pelo sistema internacional e atinge diretamente mais atores desse cenário. Antes da guerra no Iraque, os atentados terroristas objetivavam atingir diretamente interesses americanos, como as embaixadas na África em 1998, o navio USS Cole, e os dois atentados contra o World Trade Center; ou alvos tidos como interesses ligados ao Ocidente, mas sem ligação direta com um país específico, como os atentados contra turistas em Bali e Casablanca ou o ataque a um condomínio para residentes estrangeiros em Riad. Claro, sem falar nos ataques diretos contra interesses dos regimes árabes combatidos pelo terrorismo, principalmente os ataques ocorridos com certa frequência na Arábia Saudita. Já após o ataque ao Iraque, vemos que os atentados têm objetivado alvos e interesses muito claros. Podemos citar, em alusão a este fato, o atentado contra a sede da missão da ONU no Iraque; o ato contra tropas italianas em Nassíria; o ataque contra alvos britânicos em Istambul; e os ataques ocorridos em Madri.

Esses atos deixam claro o objetivo do terrorismo islâmico transnacional

le atingir aqueles Estados que participaram ativamente da guerra. O exemplo claro é o da Espanha que, antes de apoiar o ataque ao Iraque, não figurava entre os alvos principais de atentados causados por grupos terroristas islâmicos, e foi o país que sofreu o pior atentado desde o início das operações em território iraquiano.

O ataque preventivo contra o Iraque não atingiu o seu objetivo principal de ser um ponto fundamental dos esforços de combate ao terrorismo islâmico transnacional. Entende-se hoje que o resultado dessa ação, levada a cabo por uma frágil coalizão de Estados liderados pelos Estados Unidos, não contribuiu em nada para o objetivo fundamental da luta contra o terrorismo transnacional, que é o de restabelecer um quadro de segurança coletiva e de estabilidade do sistema internacional. Pelo contrário, o resultado claro da guerra contra o Iraque é a ampliação da ameaça terrorista para os atores do sistema internacional. O terrorismo, ao invés de ser atingido e ter seu poder de ameaça diminuído, demonstra cada vez mais vigor contra um número maior de alvos e interesses dos demais atores do cenário internacional. A ameaça à segurança coletiva dos Estados, que deveria ser combatida, acabou se alargando e atingindo mais Estados e, até mesmo, organismos internacionais. O quadro de insegurança e de instabilidade do sistema internacional foi agravado pela ameaça maior e real de atos contra uma quantidade maior de atores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O terrorismo islâmico transnacional representa a maior ameaça à segurança coletiva dos Estados no cenário internacional contemporâneo, gerando um quadro de insegurança e de instabilidade para esse cenário. Portanto, essa ameaça deve ser combatida para que a segurança seja restabelecida no sistema internacional. Contudo, a maior dificuldade encontrada para lidar com essa ameaça contemporânea é a definição dos métodos e estratégias a serem usados.

Dentro dos esforços internacionais de combate ao terrorismo, o ponto mais equivocado é a decisão de se atacar o Iraque e o regime de Saddam Hussein. Essa decisão já incorre em um grave erro ao não respeitar o Conselho de Segurança da ONU, que é a instância decisória internacional mais importante e, como tal, deveria ter respeitada sua decisão acerca de um tema da maior relevância para a comunidade internacional como um todo. A deci-

são pela guerra acabou gerando um atrito entre atores importantes do cenário internacional, fato que vai contra a necessidade de uma ampla coordenação política e de cooperação internacional para o combate ao terror.

Porém, o equívoco maior foi fundamentar e justificar a guerra com fatos irreais. Todas as alegações e provas apresentadas pelos Estados Unidos e seus aliados de que o Iraque representava uma ameaça real à segurança coletiva do sistema internacional, por dar suporte a grupos terroristas e possuir um arsenal de armas de destruição em massa, que poderiam ser utilizadas por radicais islâmicos, revelaram-se falsas. As afirmações de que o Iraque havia comprado material radioativo, com o intuito de desenvolver sua capacidade nuclear, foram desmentidas pelos próprios serviços de inteligência que antes as haviam sustentado. E, por fim, o suposto arsenal iraquiano de armas de destruição em massa se provou inexistente. Além desses fatos, se provou que o Iraque não mantinha vínculos substanciais nem dava suporte a nenhum grupo terrorista islâmico transnacional.

Fica claro que o ataque preventivo contra o Iraque não conseguiu desbaratar nenhuma estrutura terrorista existente e não atingiu nenhum grupo terrorista. Isto pelo fato de que nenhum grupo terrorista islâmico transnacional se beneficiava de apoio logístico, político ou financeiro, proveniente do regime iraquiano. Mesmo porque o Iraque não tinha muito a oferecer a tais grupos. Talvez algum apoio financeiro ou esconderijo, mas nada que justificasse uma guerra e que não pudesse ser combatido por outros meios. E o risco maior do provimento de armas de destruição em massa para a execução de atos de terror foi provado como falso. Portanto, a guerra contra o Iraque não representou nada para os esforços de combate ao terrorismo islâmico transnacional.

Ao não desbaratar nenhuma estrutura terrorista, o ataque preventivo contra o Iraque não surtiu nenhum efeito positivo na luta contra o terror. Ao contrário, a ação contra o Iraque acabou se tornando uma motivação maior para que os grupos terroristas islâmicos perseguissem seus objetivos. E o mais grave é que a ação em território iraquiano acabou ampliando os alvos diretos do terror transnacional. Os grupos terroristas passaram a atacar diretamente os atores envolvidos com a guerra. A ameaça real representada pelo terror se encontra disseminada por mais regiões e ameaça mais populações. O risco de um atentado de grandes proporções em território europeu nunca foi tão real. Principalmente depois do exemplo de Madri. Daí a razão de a União Europeia estar tomando medidas efetivas de coordenação entre seus membros

para se combater o terrorismo de forma eficaz. Um simples exemplo das precauções que vêm sendo tomadas pelos europeus é o exercício de simulação de um ataque com armas de destruição em massa, atingindo o quartel-general da Otan em Bruxelas.

As falhas observadas nesta ação nos mostram que para o combate eficaz do terrorismo as decisões mais importantes devem ser tomadas dentro de uma ampla coordenação e cooperação política internacional. Se os EUA tivessem respeitado a decisão do Conselho de Segurança da ONU e aguardado a conclusão dos trabalhos de inspeção da missão internacional, incumbida de provar a existência do arsenal de armas de destruição em massa iraquiano, as decisões a serem tomadas seriam mais eficazes. Ou seja, se houvesse sido comprovada a ameaça, o combate a esta, se bem-sucedido, teria contribuído precisamente para os esforços contraterroristas.

Outro ponto importante trazido à tona pelo ataque ao Iraque é que não só a ação militar será capaz de derrotar o terrorismo. Isto porque as causas e a motivação daqueles que empregam o terror não podem ser combatidas pela força; ao contrário, como visto, a força pode trazer mais razão para que o terror se alastre cada vez mais. Portanto, além das ações militares e de inteligência, a comunidade internacional deveria atuar na medida de prover ajuda em áreas como a economia, a educação e a saúde a países cujas populações demonstram apoio à causa terrorista, com o intuito de deslegitimar essa causa e trazer o apoio dessas populações para os países que sofrem com a ameaça do terror.

Conclui-se, então, que a decisão de se atacar o Iraque, baseando-se em provas irreais da existência de uma ligação entre o regime de Saddam Hussein e o terrorismo islâmico transnacional, foi um grave erro de estratégia levado a cabo pelos Estados Unidos e seus aliados. Foi uma decisão tomada sem fundamentos claros, onde o resultado final se volta totalmente contra os objetivos propostos. Isto é, o objetivo de se combater o terrorismo, atacando o Iraque, não surtiu efeito algum neste sentido, ao contrário, como resultado dessa ação, o terrorismo se fortaleceu e hoje representa uma ameaça maior a mais atores do sistema internacional. O cenário internacional se encontra, assim, em uma situação de maior insegurança e instabilidade do que antes da guerra, pelo fato de a ameaça geradora de tal situação não ter sido atingida, mas, sim, ter encontrado um novo vigor para suas ações.

ABSTRACT

The international system stability is disturbed due to the existence of a real threat to the collective security of States. In order to fight this menace, represented by the Islamic transnational terrorism, international actors must establish efficacious strategies. However, errors in the design of the best counter-terrorist strategies may occur, for the transnational terrorist threat is a recent phenomenon. The preventive strike against Iraq is a strategic failure, for it does not represent a contribution to combat terrorism. On the contrary, the clear result of that war is the enlargement of the terrorist threat to international system actors, producing a frame of more insecurity and international instability.

Key words: Terrorism; Security and international stability.

Referências

ADDISON, Tony; MURSHED, S. Mansoob. **Transnational terrorism as a spillover of domestic disputes in other countries**. Disponível em: <<http://www.wider.unu.edu/publications>>.

ARENAL, Celestino Del. **Introducción a las Relaciones Internacionales**. 3. ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1994.

BETTS, Richard K. The soft underbelly of american primacy: tactical advantages of terror. In: CARELEY, Demetrius J. (Org.). **September 11, terrorist attacks and U.S. foreign policy**. New York: The Academy of Political Science, 2002.

BURKE, Jason. Think again: Al Qaeda. **Foreign policy**. Disponível em: <<http://www.foreignpolicy.com>>. Acesso em: mai./jun. 2004.

DINIZ, Eugênio. **Compreendendo o fenômeno do terrorismo**. Artigo apresentado no III Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Julho de 2002. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br>>.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, JR: ROBERT, L. **Contending theories of international relations: a comprehensive survey**. 4. ed. New York: Addison Wesley Longman, 1996.

ENDERS, Walter; SANDLER, Todd. **Transnational terrorism 1968-2000: thresholds, persistence, and forecasts**. Disponível em: <<http://www.apsaproceedings.cup.org/Site/papers/018/018012SandlerTodd.pdf>>.

GANOR, Boaz. **Fundamental premises for fighting terrorism**. Disponível em: <<http://www.ict.org.il/articles>>.

GANOR, Boaz. **Israel's counter-terrorism policy: 1983-1999. Efficacy versus liberal democratic values.** Disponível em: <<http://www.ict.org.il/articles>>.

GANOR, Boaz. **The changing threat of international terrorism.** Disponível em: <<http://www.ict.org.il/articles>>.

GIBBS, Jack P. Conceptualization of terrorism. In: **American Sociological Review**, v. 54, p. 329-340, jun. 1989.

HOFFMAN, Bruce. Terrorism trends and prospects. In: LESSER, Ian O. **Countering the new terrorism.** Santa Monica: Rand, 1999.

JENKINS, Brian Michael. Foreword. In: LESSER, Ian O. **Countering the new terrorism.** Santa Monica: Rand, 1999.

KAISER, Karl. A política transnacional: para uma teoria da política multinacional. In: BRAILLARD, Philippe. **Teoria das relações internacionais.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1990.

KARMON, Ely. **Terrorism 2002: the strategic environment.** Hizballah, Iran, Syria and Iraq. Disponível em: <<http://www.ict.org.il/articles>>.

KARMON, Ely. **The role of intelligence in counter-terrorism.** Disponível em: <<http://www.ict.org.il/articles>>.

KEOHANE, Robert O. **Neorealism and its critics.** New York: Columbia University Press, 1986.

KEOHANE, Robert O. Theory of world politics: structural realism and beyond. In: VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. (Org.). **International relations theory: realism, pluralism, globalism.** 2. ed. Boston: Allyn and Bacon, 1993.

LAQUEUR, Walter. Postmodern terrorism. In: **Foreign Affairs**, set./out. 1996.

LESSER, Ian O. **Countering the new terrorism.** Santa Monica: Rand, 1999.

ROSENAU, James N.; DURFEE Mary. **Thinking theory thoroughly: coherent approaches to an incoherent world.** Boulder: Westview Press, 1995.

SANGER, David E. Bush anuncia doutrina de ação preventiva. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 de set. 2002. Suplemento Mundo, p. A 14 (trad. Clara Allain).

UNITED NATIONS POLICY WORKING GROUP. **Report of the policy working group on the United Nations and terrorism.** Disponível em: <<http://www.un.org/terrorism>>.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. **International relations theory: realism, pluralism, globalism.** 2. ed. Boston: Allyn and Bacon, 1993.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics.** New York: McGraw Hill, 1979.

WHINE, Michael. **The new terrorism.** Disponível em: <<http://www.cdi.org/terrorism/>>.